



REVISTA INTERDISCIPLINAR ENCONTRO DAS CIÊNCIAS
V.3, N.3. 2020

VOCÊ TEM FOME DE QUÊ? NECROPOLÍTICA EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS

WHAT ARE YOU HUNGRY FOR? NECROPOLITICS IN TIMES OF CORONAVIRUS

Vanessa Meirelles¹ | José Paulo Ramos dos Santos² | Suélen Cristina de Miranda³

RESUMO

O presente artigo explora uma das dimensões da vida de incontáveis brasileiros, tantas vezes negligenciados pelas políticas públicas: a fome. Esse aspecto é examinado a partir do conceito de necropolítica, desenvolvido por Mbembe (2018), em consonância com a compreensão de ralé brasileira, de Jessé Souza (2018), considerando que começar a jornada pela concepção dialética de sujeito enquanto produto e produtor da história parece ser a condição para não repeti-la. A fome, um problema estrutural conhecido há muito tempo no Brasil, vem ganhando expressão maior em meio à atual pandemia do coronavírus. Em *lives* de comunicadores digitais e artistas, a fome volta a assombrar os que não tem fome e podem comer, mas também faz arrepiar aqueles que dela padecem sem mais se assustar. O espetáculo midiático aborda a exclusão social apagando do cenário quem dela padece, de modo que o espanto perante a fome do outro parece ter saído de cena hoje em dia. O glamour das novas campanhas anestesia os sentidos e impede que o desconforto se instale, desconforto esse que, muitas vezes, parece ser a mola propulsora das ações transformadoras. Sendo assim, pensamos que na abertura para a indignação com a degradação da vida reside um elemento potente e mobilizador e, talvez, não haja melhor hora do que essa para nos debruçarmos sobre as lentes e vieses que utilizamos para enxergar o que nos rodeia: a precariedade da vida de uma grande parcela de nossa população.

PALAVRAS-CHAVE

Fome. Pandemia. Necropolítica. Políticas Públicas. Exclusão Social.

ABSTRACT

This article explores one of the dimensions of life for countless Brazilians, so often neglected by public policies: hunger. This aspect is examined from the concept of necropolitics, developed by Mbembe (2018), in line with Jessé Souza's (2018) understanding of Brazilian rabble, considering that starting the journey from the dialectical concept of being man the producer and the product of his history is the condition for not repeating it. Hunger, a structural problem known for a long time in Brazil, has been gaining greater expression amid the current pandemic of the coronavirus. In *lives* of digital communicators and artists, hunger comes back to haunt those who are not hungry and can eat, making those who are still hungry but longer scared of it, creep. Nowadays, the media show addresses social exclusion by erasing the hungry ones from the scenario, driving the astonishment before other's hunger to leave the scene. The glamour of the new campaigns anesthetizes the senses and prevents discomfort from building, what often seems to be the driving force behind transformative actions. Therefore, we think that in opening up to indignation at the degradation of life there is a powerful and mobilizing element and, perhaps, there is no better time than now to look at the lenses and biases we use to see what surrounds us: the precariousness of large portion of our population.

KEYWORDS

Hunger. Pandemic. Necropolitics. Public Policy. Social Exclusion.

INTRODUÇÃO

Jair Bolsonaro tenta se desvincular das 100 mil mortes ocorridas no Brasil devido à covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. A marca foi alcançada em 8 de agosto de 2020, quase cinco meses após a OMS (Organização Mundial da Saúde) decretar estado de pandemia (HENRIQUE, 2020, n.p.).

A crônica que se segue, “Mulheres, Mães e Meninas” (MEIRELLES, 2020), é aqui utilizada a título de introdução às reflexões feitas:

“Ana Paula, Jaqueline e Tatiana. Eram esses seus nomes. Pediam pão, maionese e Pepsi na porta do mercado. Dessa vez, o pedido foi feito para mim.

Ana Paula me olhou nos olhos e falou de novo: ‘pão com maionese, pra gente comer, tia’. Algo na voz da mulher Ana me fez viajar ao meu passado de criança, recém-chegada à cidade, quando ia com minha mãe às missas de domingo na igreja de Santo Antônio, na praça do Patriarca. A cola era a droga da vez, cheirada em latas e sacos, pelos becos e ruelas do centro da cidade de São Paulo. Por crianças, como também eu era.

Me lembro do frio, da garoa, da loja de chocolates *Kopenhagen* logo na esquina do ponto final do ônibus que nos levava à missa. Durante o sermão do padre meu pensamento só me lembrava que estava na hora de comer as balinhas de leite da loja, da cor da cola, embrulhadas em papel metalizado, da cor das latas.

As vendedoras maquiadas, cabelos presos, unhas feitas pesavam as guloseimas. Lembro da Nhá Benta: doce de chocolate preto por fora e branco de *marshmallow* por dentro. Nhá, sinhás. Brancas mulheres dos engenhos de açúcar agora davam nome ao doce desejo vendido a quem podia pagar.

As mulheres e crianças daquela época gravitavam em torno das igrejas – os mais novos vendiam santinhos de papel. Imagens de mártires impressas. Olhos, como os deles, pedindo por orações, por atenção e tempo dos devotados ao sofrimento.

Era certo que se cruzássemos com algumas dessas crianças no caminho para casa minha mãe compraria os santinhos de papel; depois perguntaria às crianças se elas queriam comer conosco. Sentávamos todos em uma lanchonete nas redondezas e lá ficávamos até todos terminarem. Eu era a primogênita, de três. Chamava minha atenção o correr dos olhos das crianças pelos menus, fartos de opções e fotos de saborosos lanches. Mesmo sendo a mais velha dos três filhos de minha mãe, ainda era pequena em idade e estatura: nove anos completos, menos de um metro de altura.

Me intrigava a presença de crianças, como eu, na rua, aparentemente desacompanhadas de suas mães. Me intrigava minha mãe deixar que elas escolhessem o que queriam. Me intrigava a rapidez com que comiam, com que escolhiam, com que corriam embora, com o lanche para viagem – ‘para comer mais tarde’, como dizia minha mãe.

Volto para o presente, agora de novo dentro dos corredores do mercado: comprei o pão, a maionese e a Pepsi. Comprei também leite e bolachas. Como pensava minha mãe: ‘para comerem mais tarde’”.

Do Brasil: ontem e hoje

Quando tratamos de políticas públicas, países como o Brasil enfrentam aquilo que emerge das linhas da crônica acima “com poder e capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (p. 2), enfrentamento que Mbembe (2018) nomeia de política de morte ou necropolítica e que vem ganhando espaço e força nos debates em torno da forma como governos vêm lidando com os mais vulneráveis em nossa sociedade, corpos a serem abatidos por marcas fenotípicas, estigmatizadas como perniciosas. A fome da crônica era a do Herbert de Souza, o Betinho – um dos autores da “Carta de Ação da Cidadania”, berço do movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida –, sociólogo cujo apelo à população ia na direção de que cada um tomasse para si a responsabilidade de resolver o problema da fome no país, em um Brasil com 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. A fome de agora parece ter vindo com novas roupas.

Com a atual escalada do número de casos e mortes pela COVID-19 – em agosto de 2020 já ultrapassamos o patamar de 3 milhões de casos confirmados e 100 mil mortes, segundo os dados veiculados (BRASIL, 2020) – fala-se muito em colapso do sistema público de saúde, na inevitável superlotação dos hospitais e na antiga – e ainda real – falta de equipamentos nas instituições públicas de amparo ao bem estar da população. Entretanto, nesse momento talvez seja mais importante olharmos para o que nos aponta Mbembe (2018) para, então, nos desafiarmos a entender melhor os fatores que continuam determinando a vida dos que habitam as valas da desigualdade em nosso país, paralelamente às dos que dizem vir em seu socorro. Lane (2012, p. 12) traz luz para essa nossa jornada ao defender que “o ser humano traz consigo uma dimensão que não pode ser descartada, que é a sua condição social e histórica, sob o risco de termos uma visão distorcida (ideológica) de seu comportamento”.

Atentos ao que está por trás do que é dito e feito, prosseguimos alertas, examinando as assimetrias e diferenças da realidade que compõem as tramas do tecido social, em um mundo cuja linguagem dos direitos humanos aparenta acentuar, segundo Vera Telles (2005 apud Sposati, 2006), uma igualdade que parece ser prometida a todos.

DESENVOLVIMENTO

DAS REGRAS: O LIVRO DE ETIQUETA

Quando ouvimos com atenção às notícias que afirmam que os pobres ficarão sem ter o que comer e que, por isso, tal e qual medidas econômicas protetivas deveriam ser colocadas em prática, cabe abrir um longo parêntese com algumas explicações.

Em nosso país a fome é estrutural, não episódica ou pontual, como afirmou Celso Furtado, em uma entrevista à revista *Caros Amigos* intitulada “a doença grave do Brasil é social, não econômica” (FURTADO, 2003). Pensar que a economia não é um fim em si mesma, mas um meio, demanda, dos envolvidos no fazer econômico, uma rigorosa definição de princípios. Não é admissível acreditar em uma ciência econômica voltada para os números, desvinculada do bem estar dos envolvidos nos processos produtivos, especialmente os trabalhadores, como lembra Furtado:

Não acreditamos em ciência econômica pura, isto é, independente de um conjunto de princípios de convivência social preestabelecidos, de julgamentos de valor. Alguns desses princípios podem tender à universalidade, como a norma de que o bem-estar social deve prevalecer sobre o interesse individual. Contudo, no estágio em que nos encontramos, de grandes disparidades de graus de desenvolvimento econômico e integração social — para não falar dos antagonismos que prevalecem com respeito aos ideais da convivência social, seria totalmente errôneo postular para o economista uma equívoca ideia de objetividade, emprestada às ciências físicas (FURTADO, 1962, p. 81).

Voltando um pouco mais no tempo, Lima (2020, n.p.) lembra-nos do ocorrido no estado do Ceará, em 1932, onde “a criação dos campos de concentração voltados ao aprisionamento dos sertanejos retirantes da seca é exemplar para assinalar como a fome se tornou um problema para o governo apenas em momentos históricos em que os famintos começaram a lutar por alimentos”. O que dizer dessa fome? Endêmica, como outras tantas doenças físicas e sociais em nosso país? Estratégica, fazendo do sofrimento da população uma justificativa para medidas extremas em nome da contenção de incômodos? Ao utilizarmos em uma mesma frase as palavras “aprisionamento” e “fome de sertanejos” deveríamos, ao menos eticamente, ter como sujeito do encarceramento aquele que causou a fome e não quem é assujeitado por ela.

Seria possível, então, pensar todos esses fatos à luz de uma gramática moral do capitalismo, como sugere Jessé Souza? Ao buscar explicar como cunhou a expressão “ralé brasileira” para designar a classe social de párias, desprezados e humilhados, este autor nos apresenta suas primeiras inquietações e algumas hipóteses:

Como se mantinha a reprodução infinita desses párias entre nós, em comparação a outras experiências sociais mais democráticas? O que nos afastava e o que nos aproximava de experiências históricas mais inclusivas? A diferença entre as sociedades é sempre produto de

processos sociais e coletivos de aprendizado ou da ausência destes (SOUZA, 2018, p. 18-19).

Em épocas de pandemia, nada parece ter se alterado. Resta pensarmos sobre o que aprendemos socialmente com os nossos processos históricos. É certo lembrar que nada do comportamento tupiniquim, na busca por seguir as regras, caiu do céu, já que, segundo Souza (2018), é fruto de processos históricos de aprendizado, que acompanham a institucionalização do cristianismo e do capitalismo e, portanto, secular. Além disso, “como só percebemos a ação de dinheiro e poder, essa realidade moral é invisível. Nós percebemos os efeitos dessa realidade sobre nós, afinal, sentimos remorso, vergonha, culpa etc.” (SOUZA, 2018, p. 22).

Antes da pandemia não se ouviam as vozes dos que se mostram atualmente preocupados com a fome dos mais pobres. O que mudou? Uma repentina percepção da realidade daqueles que são maioria em nosso país? Vejamos o alerta de Nara Lacerda:

Se hoje Bolsonaro fala que "A Fome mata mais que o vírus", há menos de um ano **ele negava o problema no Brasil**. Em julho do ano passado, chegou a dizer que, com base “no que a gente vê por aí” não há pessoas que sofrem com a escassez de alimentos no país. “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Você não vê gente, mesmo pobre, pelas ruas com um físico esquelético como a gente vê em alguns outros países aí pelo mundo” (LACERDA, 2020, n.p., grifos do autor).

Para Souza (2018, p. 18), uma das perguntas chave é “onde residiria nossa singularidade social?” Sua busca o levou a colocar sob o microscópio aqueles que denominou sub-cidadãos, ou seja, a ralé descrita anteriormente. Para entender o desprezo ao marginalizado, é necessário encontrar nosso equivalente ao preconceito estético descrito por Bourdieu. É fundamental saber o que legitima o privilégio das classes dominantes contra as classes populares. E, para isso, Souza (2018, p. 19) questionou o que o permitia navegar nesse espaço, uma vez que “não basta criticar a teoria sobre o mundo social, mas, também, os próprios métodos empíricos para que um acesso não ingênuo ao mundo social seja possível”.

Seria esse, então, “o” caminho? Ou “um” dos caminhos possíveis? Importa rever os instrumentos que usamos para navegar em nosso tecido social? É certo que para cada ofício existe uma ferramenta adequada – na sua ausência, por vezes, o artesão precisa usar a criatividade. Souza (2018) caminha na direção de perceber que em nosso mundo, o Sul Global – nele incluído o Brasil e as cidades nas quais habitamos –, esta linha imaginária separaria o “produtor útil” dos demais; na sequência, permitiria perceber a linha que separa “as próprias classes populares em classe de trabalhadores por um lado, e marginalizados e excluídos, por outro” (SOUZA, 2018, p. 22).

QUEM TEM FOME, TEM LIKES!

A fome causa miséria, causa mazela, palavras que voltam à tona com grande potência, até mesmo porque estas acepções assombram os que não tem fome e podem comer, mas também fazem arrepiar aqueles que padecem de fome, porém já deixaram de se assustar com ela. Fenômeno conhecido de há muito, a fome que sempre assolou milhares de lares brasileiros de norte a sul, ganhou em 2020 o “status de pandemia”. Tantas vezes silenciada, ganhou espaço na vitrine das incontáveis mazelas brasileiras.

Veste hoje corpos antes não vistos, ganhando visibilidade pelas vozes de comunicadores digitais e artistas – em *lives* glamorosas, acompanhadas de viola, cachaça e choros dos efeitos alcoólicos em espaços intimistas – que simulam pedidos de doações em nome dos “outros”, ou seja, para os que não têm alimentos em suas casas. Pelas vozes destes, não faltam apelos de solidariedade; a palavra amor entra em cena como novo dispositivo de pactuação universal, revitalizando o tríplice ideário da Revolução Francesa, de 1789 – Igualdade, Liberdade, Fraternidade. Ao final de cada show virtual, os artistas indicam com seu dedo dizendo “deixe seu like”, sinalizando que o pedido buscava não só aplacar o sofrimento dos estômagos vazios: almejava também saciar os medidores de popularidade, aumentando o número de seguidores do perfil samaritano.

Essa fome não é a dos Titãs (ANTUNES; FROMER; BRITO, 1987), convidando a todos para irmos além de preencher os buchos vazios: os compositores nos fazem pensar na arte e no amor como formas de aliviar a dor. A fome que trazemos aqui é a fome de Manuel Bandeira (2010) que, em seu poema “O Bicho”, tece uma crítica à realidade brasileira dos anos quarenta, tratando da desigualdade social nos espaços urbanos e da fome como registro da miséria humana. Na ponta do poema, um homem de atitudes bruscas come velozmente uma caça, um achado. A percepção de um ser civilizado o classificaria como pertencente à espécie dos selvagens – animais. A fome é de quem tem pressa, é daquele que precisa se alimentar – agora. A fome não tem mais espaço para licença poética dos entendimentos polissêmicos, a fome sempre foi de comida, porque a fome humana é de comida.

Na edição de 22 de abril de 2020, Geovanna Bispo, em sua coluna no Jornal de Brasília, anunciava que:

No Brasil, o drama da fome faz parte da história e dos discursos de quem ocupou a cadeira principal do Executivo. “A fome não é um fenômeno natural. É um fenômeno social, produto de estruturas econômicas defeituosas”, afirmou, em 1946, o geógrafo e cientista social, Josué de Castro, no livro “Geografia da fome”. Mais de sete décadas depois, o país ainda não foi capaz de acabar com esse problema estrutural e dramático, e que revela as profundas desigualdades no país (BISPO, 2020, n.p.).

Podemos considerar a fome uma das características da genealogia da violência? Ou seria apenas uma fração contínua de punição de uma política escravocrata? Os sujeitos de pesquisa do

relatório de segurança alimentar diriam que sim, uma vez que seu corpo-cor é *locus* da violência estatal. Realizado em 2013, esse relatório apresenta uma amostra de pesquisa por domicílios: nele temos que os negros e as mulheres são os mais atingidos pela fome no Brasil. Seguindo os critérios de cor ou raça utilizados nos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do total de 93,2 milhões de moradores brancos, 17,2% conviviam ao menos com a preocupação de que alimentos pudessem faltar devido à dificuldade financeira para comprá-los, enquanto entre os 106,6 milhões de moradores pretos ou pardos este percentual subia para 33,4% (IBGE, 2014).

A restrição quantitativa de alimentos causa insegurança alimentar no sentido famélico. Deixar enfraquecer, desmaiar, morrer de fome, também era uma das dinâmicas de punição do período escravagista, destinadas aos corpos pretos encurvados, açoitados e horrendos, negros como a noite. O poema “Navio Negreiro”, do abolicionista Castro Alves (1847-1871), conduz a este passado remoto da fome. Vejamos:

O navio negreiro

Depois, o areal extenso...
 Depois, o oceano de pó.
 Depois no horizonte imenso
 Desertos... desertos só...
 E a fome, o cansaço, a sede...
 Ai! quanto infeliz que cede,
 E cai p'ra não mais s'erguer!...
 Vaga um lugar na cadeia,
 Mas o chagal sobre a areia
 Acha um corpo que roer.

(ALVES, 2015, p. 5-6).

Na oralidade encontramos a fome sem licença poética, fome que entra nos espaços dos estômagos vazios. A fome fazia parte do sistema punitivo utilizado para o controle dos corpos: negar alimento era fragmentar os dias de vida que lhes restavam. Considerados não humanos, eram seres expropriados, expostos nas feiras de forma apresentável, às vezes bem alimentados e sadios. O escrutínio começava pelos dentes, símbolos de idade e saúde. A estes se seguiam as vestes dos ossos, os músculos mostrando aptidão para o (des)humano trabalho escravo. Essa era a vitrine do período colonial: nele, *likes* aconteciam na forma da troca das mercadorias por dinheiro, atendendo a demanda por mais braços, mais pernas, mais força – mais produção.

A política de morte é, portanto, o processo utilizado pela sociedade punitiva para moldar os corpos por meio dos costumes, fundamentais para a cultura do suplício e do esgotamento. Foi contextualizada na obra *Biopolítica* de Foucault (2008) que, juntamente com Agamben (2002), abriu uma brecha na discussão sobre o cenário de dominação e de controle do Estado sobre os corpos.

O nascimento do campo em nosso tempo surge, então, como um evento que marca de modo decisivo o próprio espaço político da modernidade. Ele se produz no ponto em o sistema político do estado-nação moderno, que se funda sobre o texto funcional entre uma determinada localização (o território) e um determinado ordenamento (o Estado), mediado por regras automáticas de inscrição da vida (o nascimento ou nação), entra em crise duradoura, e o Estado decide assumir diretamente entre as próprias funções os cuidados da vida biológica da nação (AGAMBEN, 2002, p. 181).

Agamben (2002) entende que o biopoder está presente em todas as formas de poder, sobretudo nas do Estado e suas instituições, ultrapassando a linha do direito e servindo de exploração para o controle e exercício de tomar conta da vida do outro. Nesta brecha, Mbembe (2018) construiu a obra *Necropolítica* apoiando-se nos estudos de biopoder e trazendo o pensamento fanoniano sobre o devir negro no mundo. Nela vemos exposta a hegemonia do saber ocidental somada ao poder soberano na decisão sobre a "vida de quem deve viver e quem deve morrer". Na necropolítica, a fome desaparece! Ela é um problema social que faz parte da política de morte, porque o morrer de fome faz com que o sujeito passe por um processo paulatino de definhamento. Silva (2019) entende que na luta, na fome e na sede, nosso corpo projeta uma força que anuncia a morte.

O filme “Quanto Vale ou é por Quilo?” (2005), dirigido por Sérgio Bianchi, traz, em suas cenas, uma analogia com tráfico de escravos do século XVII entre o Brasil colonial e o pós-colonial; tece críticas às organizações da sociedade civil e às suas maneiras de captar recursos financeiros junto ao Estado e a empresas privadas. É possível perceber o destaque dado à exploração da miséria por meio do *marketing* social, consubstanciada numa farsante solidariedade. No caso em tela, o filme se constrói sob a narrativa de que as organizações da sociedade civil se encarregam das necessidades do povo pobre das favelas e periferias, diante de um Estado em ruínas, resultado da globalização potencializada pelo capitalismo.

O ponto de partida da narrativa é a mercantilização escravista, sobretudo no ápice desse modo de produção no Brasil e suas dinâmicas perversas de punição com requintes de crueldade. Não obstante, o filme dirige nosso olhar para lugares que favorecem o entendimento em torno da ideia de que a desigualdade no Brasil é fruto da corrupção. Ledo engano, nos diria Souza (2017), ao afirmar que a desigualdade no Brasil não é resultado da corrupção, mas sim constituída no processo histórico da escravidão. Lane (2012, p. 13) novamente traz luz para essa forma de entendermos o cenário quando aponta para a importância de se “recuperar o indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade - apenas este conhecimento nos permitiria compreender o homem enquanto produtor da história”.

DA INCLUSIVA-EXCLUSÃO: MUDAR PARA PERMANECER O MESMO

Atuar no terceiro setor contribui para o acesso direto às inconsistências de vivermos em um mundo no qual as desigualdades e a exclusão social são regras na vida da maior parte da população. Recorremos ao conceito de inclusão-exclusão, debatido por Sposati (2006), por partilharmos do entendimento da autora de que trabalhar o binômio inclusão-exclusão é descobrir novas identidades e dinâmicas, uma vez que o objetivo é captar o movimento dialético da fome. Nesse contexto, a autora aponta que também “existem muros individuais sutilmente construídos no cotidiano das relações”, de modo que a “exclusão social é a apartação de uma inclusão pela presença da discriminação e do estigma. Em consequência, seu exame envolve o significado que tem para o sujeito, ou para os sujeitos, que a vivenciam” (SPOSATI, 2006, p. 5).

Exclusão, como salienta Sawaia (2017), é um conceito mala: coloca no mesmo caldeirão fenômenos diversos, provocando consensos superficiais, mesmo quando não se sabe exatamente sobre o que está em jogo. Por essa razão, a exclusão só pode ser pensada a partir da relação que estabelece com seu antônimo, a inclusão; revelando aí, conseqüentemente, a abertura para o necessário diálogo. Estar excluído do acesso à alimentação significa, ao mesmo tempo, estar incluído na parcela da população que padece da fome: um processo perverso de injustiça social. Ademais, a exclusão social só pode ser compreendida se inserida, histórica e socialmente, em contextos específicos; ela é, portanto, tecida através do tempo e do espaço.

Abordar a exclusão social sob a perspectiva ético-psicossociológica para analisá-la como processo complexo, que não é, em si, subjetivo nem objetivo, individual nem coletivo, racional nem emocional. É processo sócio-histórico, que se configura pelos recalques em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações (SAWAIA, 2017, p. 8).

A sociedade “exclui para incluir”, explicitando, uma vez mais, o poder a que se refere Mbembe (2018), ou seja, o poder de quem dá permissão aos outros para viverem incluídos no circuito produtivo/reprodutivo das atividades econômicas; o poder que prescreve quem deve morrer, quem é descartável, dispensável; o poder daqueles que, quando lhes convém, permitem o saciar da fome e da sede desses outros que, até então, estariam excluídos desse circuito de satisfação das necessidades primárias. Esses argumentos apontam para algo que parece ser o que mais importa quando tratamos da “inclusiva-exclusão”: o sofrimento.

Para Sposati (2006, p. 5), essa constatação nos leva a estabelecer interfaces com a ética social, pois “há na sociedade a busca do que é bom e desejável para todos, o que leva a se indagar da presença da luta pela igualdade ou, pelo menos, para um patamar básico de igualdade”. Do mesmo modo, Ciampa (2018), ao fazer uma análise psicossocial do poema “Morte e Vida Severino”, nos faz ver o cidadão de carne e osso por detrás da personagem famélica, considerando que “o singular materializa o universal” (p. 130). Falar da fome do Severino é falar da fome de todos os Severinos em nosso país,

é falar de nós – brasileiros de carne, osso e estômago. Severino, de nome próprio passa a ser um adjetivo:

Um tempo severino que é vivido como um cotidiano estruturado na luta pela sobrevivência. O cotidiano o produz e ele o reproduz severino: esta sua sina! Sua identidade é a História personificada - não se tratando de ver alguém apenas sendo afetado por condições históricas determinadas que pudessem ser destacadas dele ou dele pudesse ser separado: ser Severino é personificar a História, é a História se concretizando (CIAMPA, 2018, p. 25).

CONCLUSÃO - *Do não derrotismo às utópicas possibilidades*

Os afetos à flor da pele são vistos, por vezes, como culpados dos desatinos humanos, das ações desprovidas da temperança e do bom tom. A este título, Sawaia (2017) nos brinda com algo valioso:

Ser otimista é acreditar na potencialidade do sujeito de lutar contra essa condição social e humana, sem desconsiderar a determinação social. A utopia e a crença no sujeito da ação e na possibilidade de uma ordem social sem exclusão não remete a uma visão de happy end ou ao paradigma da redenção (SAWAIA, 2017, p. 12).

Quando propomos uma viagem aos anos 80, das Nhá Bentas e das balas da *Kopenhagen*, queremos pensar a fome através dos tempos, trazendo os afetos que a envolvem e, por vezes, a encobrem. Trazemos para o presente a infeliz constatação de que essa mazela perdura até os dias atuais. O prato vazio, símbolo da campanha contra a fome, à época encabeçada por Betinho, hoje está cheio, mas não de comida.

FIGURA 1: Imagem Da Campanha Do Programa Ação Da Cidadania



Fonte: FOME, não dá pra esquecer: movimento pela ética na política (1993).

Betinho foi rendido por corpos virtuais, que se apresentam ao público em um cenário preparado para encantar aos olhos. Espectadores que buscam a beleza estética por detrás da miséria,

anunciada ao final de cada show virtual: pedem dinheiro e aprovação. Tudo regado a modas de viola e muita bebida para saciar a sede do espírito. O prato vazio da década de 80 nos obrigava a encarar a carência de frente, de olhos bem abertos. Esse vazio não está mais lá. Vazios hoje estão os corpos. O glamour das novas campanhas contrasta com o cinza do prato que nos mostrava Betinho. O colorido de hoje anestesia os sentidos e impede que o desconforto se instale, desconforto esse que, muitas vezes, parece ser a mola propulsora das ações transformadoras. O glamour, por vezes, parece estar aí para ofuscar os reais protagonistas: os Severinos. O glamour aplaca o mal estar dos espectadores, tapa os olhos para o que importa, ao permitir uma identificação imediata com os sujeitos que nos falam – eles sim são como nós, os que podem comer. O espetáculo midiático aborda a exclusão social apagando do cenário quem dela padece.

Em meio à pandemia, perceber esta miséria recorrente é também testemunhar o desfazimento daquilo que poderia ter sido. Ciampa (2018, p. 132) nos aponta de uma forma mais contundente as possibilidades que são negadas a essa parcela da população ao falar das "barradas possibilidades de concretizar nossa humanidade". Não poder comer parece nos impedir – a todos – de irmos além do animalesco que existe em nós. O poeta Manuel Bandeira (2010), ao descrever um bicho que cata comidas entre os detritos de um pátio imundo sem ao menos examinar o que engole, expressa surpresa, ao anunciar ao leitor que o bicho que ele via era, na verdade, um homem. O espanto perante a fome do outro parece ter saído de cena hoje em dia.

Na atualidade, o ideal talvez fosse nos distanciarmos dos fatos para melhor enxergá-los; apelar para o uso da razão, evitando as críticas intempestivas presentes, por vezes, na proximidade temporal com o que os problemas nos causam. Devemos dessa ideia discordar, ou melhor, propor uma alternativa: pensamos que, na abertura para a indignação com a degradação da vida, reside um elemento potente e mobilizador. Talvez não haja melhor hora do que essa para nos debruçarmos sobre as lentes e vieses que utilizamos para enxergar o que nos rodeia: a precariedade da vida de uma grande parcela de nossa população. Qual bússola usamos para navegar nesses mares? Quais perguntas fazemos a nós mesmos – e que tipo de resposta esperamos? A arte traz, não poucas vezes, a mais simples das opções – fica a dúvida: queremos?

Das utopias

Se as coisas são inatingíveis..., ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A mágica presença das estrelas!

(QUINTANA, 2005, p. 124).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALVES, Castro. **O navio negreiro: tragédia no mar**. Núcleo de educação a distância (NEAD), Universidade da Amazônia. Belém: Editora Unama, 2015. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/classicos-da-literatura-brasileira-e-portuguesa/o-navio-negreiro-de-castro-alves>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ANTUNES, Arnaldo; FROMER, Marcelo; BRITTO, Sérgio. Comida. Intérprete: Titãs. In: **Titãs. Jesus não tem dentes no país dos banguelas**. Rio de Janeiro: WEA, 1987. Disponível em: https://arnaldoantunes.com.br/new/sec_discografia_todas.php. Acesso em: 15 ago. 2020.

BANDEIRA, Manuel. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BISPO, Geovanna. ONU prevê aumento da miséria com pandemia; como o Brasil lidou com a fome ao longo da história. **Jornal de Brasília**, 22 abr. 2020. Brasil. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/onu-preve-aumento-da-miseria-com-pandemia-como-o-brasil-lidou-com-a-fome-ao-longo-da-historia/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2018.

FOME, não dá pra esquecer: movimento pela ética na política. Direção: Alfredo Alves. Direção de fotografia: Antonio Luís Mendes. Produção: Mariângela Furtado, Maria Nakano. Direção vinheta de abertura: Rogério Utimura. Assistente de Câmera: Marcio Bredariol. Edição: Ana Rosa Donadio. Caracteres: Paulo Cesar. Agradecimentos: Mapa Filmes. Realização: Ibase filmes, 1993. 9 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P3ocrAqJY2E>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURTADO, Celso. A doença grave do Brasil é social, não econômica (entrevista). **Revista Caros Amigos**. São Paulo: Editora Casa Amarela, v. 6, n. 71, fev. 2003.

FURTADO, Celso. Da objetividade do economista. In: FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. p. 80-91.

HENRIQUE, Guilherme. Como Bolsonaro tenta se afastar da marca de 100 mil mortes. **Nexo Jornal**, 11 ago. 2020. Expresso. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/08/11/Como-Bolsonaro-tenta-se-afastar-da-marca-de-100-mil-mortes>. Acesso em: 15 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Segurança alimentar 2013: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=291984>. Acesso em: 13 ago. 2020.

LACERDA, Nara. Preocupação de Bolsonaro com o combate a fome é falsa. **Brasil de Fato**, São Paulo, 05 abr. 2020. Pandemia. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/05/preocupacao-de-bolsonaro-com-o-combate-a-fome-e-falsa>. Acesso em: 13 ago. 2020.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LIMA, Aluísio Ferreira de. A fome como argumento para flexibilização do isolamento social no Brasil. **AntropoLÓGICAS EPIDÊMICAS**, v. 2, n. 10, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.antropologicas-epidemicas.com.br/post/a-fome-como-argumento-para-flexibilizaçãodo-isolamento-social-no-brasil>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIRELLES, Vanessa. **Mulheres, mães e meninas**. Bloco do Fuá, 15 ago. 2020. Literatura. Disponível em: <http://blocodofua.com.br/blog-do-fua/literatura/mulheres-maes-e-meninas-cronica-escrita-na-primeira-semana-de-marco-de-2020>. Acesso em: 16 ago. 2020.

QUANTO vale ou é por quilo? Direção: Sérgio Bianchi. Produção: Sérgio Bianchi, Luis Alberto Pereira. Roteiro: Sérgio Bianchi, Eduardo Benaim. Intérpretes: Danton Mello, Leona Cavalli, Caio Blat, Marcelia Cartaxo, Caco Ciocler, Zezé Motta, Lazáro Ramos e outros. Rio de Janeiro: Agravo Produções Cinematográficas, 2005. 110 min. Baseado no conto "Pai contra mãe", de Machado de Assis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=400bCOiM3TY>. Acesso em: 10 ago. 2020.

QUINTANA, Mario. **Mario Quintana**: poesia completa em um volume. Organização Tania Franco Carvalhal. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. Tradução: Amilcar Packer e Pedro Daher. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/divida-impagavel/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018.

SPOSATI, Aldáza. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 58, n. 4, p. 4-5, dez. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 ago. 2020.

Recebido em: 24 de Agosto de 2020

Aceito em: 30 de Agosto de 2020

¹Mestranda em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Identidade Humana do CNPQ. Pedagoga e coordenadora de projetos da Associação Sócio-educacional FabricAções. E-mail: vanessameirelles@fabricacoes.org.br.

²Mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador no Núcleo Observatório do Racismo e no Núcleo de Estudos Complexidades, vinculados ao CNPQ. E-mail: pretaquisador@gmail.com.

³Doutoranda e mestra em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisadora no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade-Metamorfose (NEPIM), vinculado ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Identidade Humana do CNPQ. E-mail: suca_miranda@hotmail.com.